

Entre a tipografia e a guilhotina: imaginário, subjetividade e política na investigação de uma conjuntura

Entre la tipografía y la guillotina: imaginario, subjetividad y política en la investigación de una coyuntura

Between typography and the guillotine: imagination, subjectivity, and politics in the investigation of a moment in time

Entre la typographie et la guillotine : imaginaire, subjectivité et politique dans l'investigation d'une conjoncture


在排版文本和切纸刀之间：想象、主观性和公立医疗政策

Wilson Couto Borges*

Fundação Oswaldo Cruz, Brasil

wcborges1@yahoo.com.br

 <http://lattes.cnpq.br/9564907740432251>

 <https://orcid.org/0000-0002-2785-3658>

Recepción: 14 Julio 2022

Aprobación: 25 Agosto 2022



Acceso abierto diamante

Resumo

Partindo do campo de estudos da Comunicação e Saúde, nesse trabalho, buscamos apresentar algumas das formas pelas quais os direitos Brasil, em particular aqueles associados ao acesso à informação e à comunicação como indissociáveis do direito à saúde, são obstaculizados, comprometendo o exercício da cidadania. Para tanto, utilizamos o paradigma estético-expressivo na (re)construção daquilo que representa uma espécie de *continuum* de produção de conhecimento, sustentado pelas metáforas da tipografia e da guilhotina, impactando na reconfiguração da categoria verdade. Com esse movimento, o que norteia a centralidade da presente reflexão é a falsa oposição entre emoção e razão, produzindo efeitos subjetivos que interferem na relação dos atores sociais com o Sistema Único de Saúde (SUS). Como conclusão, observa-se o quanto estratégias narrativas estruturam, não apenas a forma como sujeitos sociais percebem o mundo, mas suas ações sobre.

Palavras-chave: política, comunicação, saúde, narrativas, subjetividade.

Resumen

Partiendo del campo de la Comunicación y la Salud, en este trabajo buscamos presentar algunos de los obstáculos que se presentan a los derechos en Brasil, en concreto los asociados al acceso a la información y la comunicación como inseparables del derecho a la salud, lo que compromete su ejercicio por parte de la ciudadanía. Para ello, utilizamos el paradigma estético-expresivo en la (re)construcción de aquello que representa una especie de *continuum* de producción de conocimiento, apoyado en las metáforas de la tipografía y la guillotina e incidiendo en la reconfiguración de la categoría de verdad. Con este movimiento, el eje central de la

Notas de autor

- * Pesquisador titular em Saúde Pública e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Doutor em Comunicação, mestre em Ciência Política e especialista em História do Brasil pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Membro do Grupo de Estudo sobre Subjetividade e Política, vinculado ao GP/CNPq Laboratório Cidade e Poder/UFF. Coordenador do GP/CNPq NECHS - Núcleo de Estudos em Comunicação, História e Saúde/Fiocruz.

presente reflexión está orientado por la falsa oposición entre emoción y razón, produciendo efectos subjetivos que interfieren en la relación de los actores sociales con el sistema de salud brasileño (*Sistema Único de Saúde*, SUS). Como conclusión, se observa que las estrategias narrativas no solo estructuran la forma en que los sujetos sociales perciben el mundo, sino también sus acciones en él.

Palabras clave: política, comunicación, salud, narrativa, subjetividad.

Abstract

Based on the field of Communication and Health, this work seeks to present some of the ways in which rights in Brazil, in particular those associated with access to information and to communication as inseparable from the right to health, are obstructed, compromising the exercise of citizenship. To do so, we employ the esthetic-expressive paradigm in the (re)construction of that which represents a kind of continuum of knowledge production, sustained by the metaphors of typography and the guillotine, impacting on the reconfiguration of the category of truth. With this movement, what guides the centrality of the present reflection is the false opposition between emotion and reason, producing subjective effects which interfere in the relationship between social actors and Brazil's Unified Healthcare System (SUS). To conclude, we outline the extent to which narrative strategies structure not only the way in which social subjects perceive the world, but also their actions on it.

Keywords: politics, communication, health, narratives, subjectivity.

Résumé

En partant des domaines de la communication et de la santé, nous cherchons dans cet article à présenter certains obstacles au respect des droits au Brésil, plus concrètement, ceux liés à l'accès à l'information et à la communication, inséparables du droit à la santé, ce qui compromet leur exercice par les citoyens. Pour ce faire, nous avons utilisé le paradigme esthétique-expressif dans la (re)construction de ce qui représente une sorte de continuum de production de connaissances, soutenu par les métaphores de la typographie et de la guillotine, avec des retombées sur la reconfiguration de la catégorie de vérité. En vertu de ce mouvement, l'axe central de la présente réflexion est orienté par la fausse opposition entre émotion et raison, produisant des effets subjectifs qui interfèrent dans la relation entre les acteurs sociaux et le système de santé brésilien (*Sistema Único de Saúde* - SUS). En conclusion, nous observons que les stratégies de communication structurent non seulement la manière dont les sujets sociaux perçoivent le monde, mais également leurs actions dans celui-ci.

Mots clés: politique, communication, santé, récit, subjectivité.

摘要

本文讨论巴西有关医疗与健康的法律权利与日常实践之间的关系。在巴西，有关医疗与健康的法律，围绕医疗而产生的民众的知情法权，沟通权，经常被卫生当局所忽略或践踏，从而使得民众的公民权无法得到正常行使。因此，我们使用了排版文本与切纸刀的隐喻来说明根据法律巴西民众应该享有的医疗卫生服务与实际上它能够提供的服务之间的矛盾，或者说是法律文本与实际真相之间的矛盾。我们认为卫生当局制造了虚假的所谓情感与理智之间的对立，这种对立影响了巴西统一医疗系统(SUS)里面各个利益相关方的相互沟通。由此，我们认为，官方话语与医疗卫生政策不仅影响了民众对医疗卫生系统看法和期待，而且引发民众针对医疗系统的低效无能所采取的各种行为。

關鍵詞: 政策, 沟通, 医疗与健康, 叙事, 主观性.

De onde se observa e se investiga...

Se nosso olhar parte de onde nossos pés estão plantadas, cumpri-nos apresentar a maneira pela qual o campo da Comunicação e Saúde é por nós investigado. Metodologicamente, temos adotado o paradigma estético-expressivo, cujas marcas podem ser encontradas no Indiciário (que tem origem na semiótica médica), proposto por Carlo Ginzburg. É nesse quadro que a “tipografia” e a “guilhotina” são tomadas como metáforas de um *continuum* de produção de conhecimento que tem origem no Iluminismo por meio de dois mecanismos: de um lado, a ilustração; de outro, a repressão. Observa-se, no entanto, que não se trata de um movimento cuja consciência é a única instância a orientar opções ou tomadas de posição. A maneira pela qual todas as construções narrativas da mídia, nas suas mais variadas formas, interpelam os sujeitos, visa a construção de um saber (mas, seria também de um conhecer?), e é através dessas construções que se estabelece uma nova ambiência onde práticas e dispositivos comunicacionais são interiorizados e interferem na forma como a sociedade se relaciona com a saúde, de um modo geral, e com o Sistema Único de Saúde, de modo particular.

Tomando tal perspectiva como plausível, há três pressupostos nietzscheanos que norteiam o desenvolvimento das reflexões contidas nas próximas páginas: o primeiro deles é o de que o conhecimento foi inventado, “emergindo de uma centelha de espadas”; o segundo é o de que esse mesmo conhecimento é “resultado do jogo, do confronto, da junção, da luta e do compromisso entre instintos”, diríamos, entre subjetividades; o terceiro, é que “o lugar do conhecimento resulta da luta entre três paixões: o rir, o deplorar e o detestar (o ódio)”, isto é, como uma ação política onde a emoção é também constitutiva. Diante dos elementos então expostos, pode-se afirmar que quando observamos um fenômeno como a pandemia de COVID-19 que, dentre outras características, gera narrativas com efeitos de eternização, as condições políticas, sociais, econômicas de existência não são um véu ou obstáculo para o sujeito do conhecimento, mas aquilo através do que se formam os sujeitos do conhecimento e, assim, as relações de verdade. Nesse percurso, do conjunto de construções jornalísticas oferecido à sociedade, nos detemos, para fins analíticos, em duas palavras/expressões que nos permitirão visualizar como notícias e reportagens publicadas no tempo presente dialogam com enunciados cujas marcas são encontradas ao longo da formação social brasileira.

Concomitantemente, exporemos também como e porque a análise das narrativas (o foco aqui está nas narrativas jornalísticas como centelhas) nos parece uma rica opção de investigação. Para nós, as narrativas apresentam alguns caracteres importantes: (a) embora produzida numa determinada plataforma, ela atravessa várias mídias; (b) mesmo produzida por uma empresa, organismo, instituição, por um conglomerado, ela circula por vários meios (teatro, cinema, redes sociais digitais etc.); (c) ela é sempre resultado da tensão entre uma realidade possível e a ficção, cuja verossimilhança ocupa lugar central; (d) ela interfere na forma como sujeitos sociais dão sentido à sua existência e ao mundo; (e) ela organiza o tempo e o espaço, atualizando o passado, no tempo presente, com uma expectativa de futuro; e, por fim, especialmente a partir do método indiciário, (f) ela apresenta homologia e homofonias cujas marcas se repetem ao longo do tempo histórico.

A verdade como uma “centelha entre duas espadas”

Ao tomar a questão da desinformação no contexto da COVID-19, uma dimensão bastante significativa é aquela que se estabelece em torno da verdade. Entretanto, na presente reflexão, menos interessa o que poderia representar uma verdade, mas, e especialmente, observar “quem fala”. Para tanto, não podem ser consideradas acessórias as propostas defendidas por Foucault (2002, p. 8) de que *a verdade tem uma história*, “cujas práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber [...] novos conceitos, novas técnicas, mas também fazer nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos do conhecimento”. Com essa proposta, o filósofo

francês enunciava (e anunciava) outro elemento fundamental para a compreensão desses “jogos”, isto é, na interpretação de leis e regularidades sobre as quais um conjunto de fatos linguísticos devem ser analisados.

Embora não caracterizasse exatamente dessa forma, ao associar discurso e sujeito, mais especificamente, ao se deter sobre uma “teoria do sujeito”, Foucault (2002, p. 09-10) nos fornece nova pista importante, especialmente ao afirmar que “A psicanálise foi certamente a prática e teoria que reavaliou de maneira fundamental a prioridade um tanto sagrada conferida ao sujeito [...], mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história”. Aqui há um primeiro ponto de inflexão sobre o qual vale nos deter. Não me parece acidental ou absurdo pensar numa relação do sujeito no interior da história com o inconsciente. Isso porque nem todas as relações vividas por esses sujeitos o são conscientemente. Uma das formas de se acessar esse sujeito inscrito na história é exatamente pela forma como faz Jameson ao dar ênfase a um “inconsciente político do autor”, que se manifesta, defende o autor, na forma como a autoria se revela na obra de literária, por exemplo.

É na descrição de como, a partir do século XIX, foram inventados problemas jurídicos e formas de análises “que chamaria de exame (*examen*)”, que Foucault (2002, p. 12) nos fornece novas pistas do quanto esse universo de questões estava associado com a “formação de um certo número de controles políticos e sociais no momento da formação da sociedade capitalista, no final do século XIX”. Invenção, na proposta foucaultiana, vai se conectar à formulação nietzscheana, de que

o ideal não tem origem. Ele também foi inventado, fabricado, produzido por uma série de mecanismos, de pequenos mecanismos. A invenção – *Erfindung* – para Nietzsche é, por um lado, uma ruptura, por outro, algo que possui um pequeno começo, baixo, mesquinho, inconfessável (FOUCAULT, 2002, p. 15).

Há, nessa passagem em Foucault (2002), alguns elementos que não podem ser negligenciados. O primeiro deles é a perspectiva da invenção. O segundo, a presença implícita do pensamento religioso vinculado à ideia de origem. Se, no primeiro, a invenção é uma ruptura, mas igualmente um pequeno começo de algo que já existia antes, não se pode perder de vista as formações de longa duração. Afinal, para romper-se é necessário que se faça a partir de algo que já existe – e aqui há uma primeira entrada em cena de Ginzburg (2012) quando apresenta a história do Sabá. O segundo é a própria presença de um ser superior (Deus) para a construção social no Ocidente, ratificada por autores como Descartes, com seu *cogito, ergo sum*, e, mais tarde, Kant e Schopenhauer, dentro do pensamento iluminista. Nesse instante, vale a interrogação: de fato, se (e naquilo que) penso, não há nenhum “ser superior” que me faz pensar e no que pensar, que papel estaria a exercer o inconsciente em cada uma dessas formações através das quais se ratificou o lugar do divino?

Ao retomar Foucault, especialmente no que toca à “solenidade de origem”, quando este diz que é necessário “opor, em bom método histórico, a pequenez metódica e inconfessável dessas fabricações, dessas invenções” (FOUCAULT, 2002, p. 16), minha avaliação é a de que um promissor caminho de investigações se estabelece e ganha força. Nessa “centelha entre duas espadas”, Foucault não apenas nos aproxima de Nietzsche (2012) como, com essa aproximação, permite compreender que “por trás de tudo isso há o jogo e a luta desses três instintos, desses três mecanismos, ou dessas três paixões, que são o rir, o deplorar e o detestar (o ódio)” (FOUCAULT, 2002, p. 21). Esse diálogo com Foucault e Nietzsche é central para outra decisão metodológica: investigar como os sentimentos, emoções, sensações constituem toda e qualquer narrativa e produzem efeitos sobre as ações políticas de todo sujeito social.

É importante evidenciar que não se trata, quando se observam essas paixões, essas emoções, esses sentimentos, de negligenciar o quanto as narrativas dialogam com as condições de existência (política, econômica, social, cultural) de sujeitos concretos. Isso seria um erro. Antes, nos interessa observar o quanto o véu, a opacidade (GINZBURG, 2012; MARTIN-BARBERO, 2004), podem comprometer a dimensão da análise de fatos, sujeitos, processos sociais já em si complexos. Entretanto, se é possível investigar determinados momentos históricos, como esse sobre o qual vivemos, num contexto de pandemia da COVID-19, ou aquele

da H1N1, no início da década de 2010, ou ainda o da expansão do pensamento iluminista sobre as colônias ultramarinas francesas, espanholas, portuguesas – como aquelas presentes no romance *O século das luzes* (CARPENTIER, 2004) –, é porque o reconhecemos, a partir das condições concretas, onde eles ocorrem. Isso significar dizer que, seja num momento histórico seja noutro, a ideologia é a marca, o estigma de condições concretas de existência que se manifestam no exercício do poder, do poder de buscar cristalizar uma verdade como se natural ela fosse. Ou seja, para dizer tal como Foucault, “esconder que são, no fundo, relações de verdade”, de fixação de verdades.

Um dos exemplos tomados por Foucault para ilustrar suas análises é a tragédia de Édipo, observada como uma história de um poder político. Ainda que o foco do filósofo francês seja o quanto a tragédia “é representativa e, de certa maneira, instauradora de um determinado tipo de relação entre poder e saber, entre poder político e conhecimento, que nossa civilização ainda não se libertou” (FOUCAULT, 2002, p. 31), ele mesmo nos adverte sobre o quanto esses “restos da velha tradição reaparecem algumas vezes ao longo da peça” (FOUCAULT, 2002, p. 34). Nesse sentido, não se pode negar o quanto o passado nos comparece seja rememorado na forma consciente ou inconsciente, seja através de seu comparecimento espectral. Essa hipótese parece ser corroborada por Zusman (2006, p. 2), na medida em que, como adverte o psicanalista, “A história de Édipo contém elementos que revelam fenômenos de transição entre as formas poligâmicas e monogâmicas do convívio humano”. Ora, não estaríamos nós diante de um dos problemas centrais de nossa sociedade no que toca à vulnerabilidade de mulheres e crianças desassistidas por regimes que “atestam” que família são aquelas organizações compostas de pai, mãe e filhos? Que mecanismos há, dentro do próprio sistema de saúde, para que, aos homens não sejam oferecidos métodos de contracepção? Creio que Tebas ainda nos comparece com muita força.

Embora uma breve digressão tenha sido feita na direção de observar o que significa o direito à saúde e, paralelamente, o direito à comunicação, entre homens e mulheres, queremos retornar ao argumento central do presente artigo: o quanto, novamente recorrendo a Zusman (2006, p. 3), “a transição de costumes milenares para formas mais evoluídas de comportamento esbarra sempre nas fantasias residuais [residual, Williams], que se compõem de memórias ontogenéticas e filogenéticas”. Ou seja, ainda que essas fantasias residuais nos cheguem, há um salto simbólico que se efetua na compreensão da metáfora ou da alegoria contida num processo que caminha entre a emotividade e a racionalidade, sobre o qual o processo do Iluminismo tem muito a nos dizer. Se a construção oferecida por Zusman (2006, p. 9) é pertinente, então, o trabalho do analista precisa ser o da transposição de uma leitura do pensamento sônico “já que o tempo do pensamento sônico é o presente, o tempo da ação” para o simbólico, isto é, “compreendendo que o destino de Édipo seria o destino de todos os humanos, nascidos no âmbito dos casamentos monogâmicos”.

Na medida em que, a partir da leitura que Zusman faz de Freud, é possível inferir que (a) o Complexo de Édipo é uma estrutura universal da constituição do sujeito (interior) e (b) a mídia – o Complexo de Édipo da alta modernidade – emerge como estrutura universal (exterior, mas que dialoga com o interior) no Ocidente, nos aproximando de um dos traços mais fundamentais da tragédia de Édipo: “a correspondência entre a comunicação da tragédia e o mundo simbólico em que a lembrança e o discurso dos homens são como que uma imagem empírica da grande profecia dos deuses” (FOUCAULT, 2002, p. 40). Essa forma de narrar, uma alternância entre o personagem lendário do herói épico e o personagem histórico, no caso de Édipo, se converte numa arte de persuadir – persuasão, ao lado da memória e da retórica, se inscrevem nas sete artes liberais apontadas por Aristóteles (BORGES, 2014, p. 106). Mas, a opção por Foucault, no desenvolvimento do presente argumento não é aleatória. Na investigação sobre a história da verdade, da formação de uma sociedade disciplinar, na passagem do século XVIII para o XIX, isto é, no contexto de celebração e expansão do Iluminismo, dois elementos serão essenciais nesse quadro: a prensa e a guilhotina. Isso porque, no caso da primeira, ela foi responsável pela propagação do ideário revolucionário; enquanto a segunda, responsável pela ameaça que um retorno ao *Ancien Régime* representava.

Se “a penalidade no século XIX, de maneira cada vez mais insistente, tem em vista menos a defesa geral da sociedade que o controle e a reforma psicológica e moral das atitudes e do comportamento dos indivíduos” (FOUCAULT, 2002, p. 85), as construções narrativas tornam-se elementos centrais desse processo. Entre o *SUS e a espada* (ENTRE O SUS..., 2016) – umas das manchetes exploradas durante a exposição deste trabalho – sugere uma antecipação, antes da possibilidade de correção, coerção, de sujeitos sociais fazerem suas escolhas. Ainda que os múltiplos sentidos contidos nessa expressão não sejam nesse momento exploradas, com sugestão de que a escolha é exclusiva do leitor, ouvinte, telespectador, internauta, o papel da imprensa (prensa) nesse contexto não pode deixar de ser observado. Mesmo que não exclusivamente, a imprensa se inscreve num dos mecanismos de controle não coercitivo, isto é, de produção de hegemonia que, desde o século XIX, desfruta de um lugar bem especial. Com essa proposta, sugerimos que ela é uma atualização histórica, dentre outros mecanismos, das chamadas Sociedades de reforma do século XVII, como “a *Sociedade para a Reforma das Maneiras* (do comportamento, da conduta) [...] que, através de sermões, impedia a classe mais baixa e mais vil de se aproveitar dos jovens sem experiência e lhes extorquir dinheiro” (FOUCAULT, 2002, p. 90, grifo nosso), ou, já no século XIX, a “*Sociedade para a Supressão do Vício*, tendo por objetivo fazer respeitar o domingo, impedir a circulação de livros licenciosos e obscenos, introduzir ações na justiça contra a má literatura” (FOUCAULT, 2002, p. 90-91, grifo nosso). É sobre essa relação que adensaremos na próxima seção.

A oposição entre emoção e razão e seus efeitos de longa duração – análise da narrativa como método de investigação

Esse é o momento de enunciar minha principal hipótese de trabalho no intervalo de duas grandes pandemias (H1N1 e COVID-19): toda narrativa (seja ela jornalística, literária etc.) é um ato político e social que, além da função precípua de comunicar, interpela sujeitos sociais a darem sentido ao mundo que os cerca. Entretanto, ao longo dos anos, um dos efeitos dessa relação foi a compreensão equivocada sobre aquele que se apropria de dado conteúdo, ora tomado como ser passivo ora como ser supremo: único responsável e livre de amarras para tomar para si tais conteúdos. A relação é mais complexa, duradoura, longa. A correlação entre a atividade de narrar histórias e o caráter temporal da experiência humana é uma necessidade transcultural (BORGES, 2014). Nesses termos, é mais que oportuna a premissa de que “o discurso é construído na ação de se contar histórias em contextos cotidianos ou institucionais, em situações ditas espontâneas” (BASTOS; BIAR, 2015, p. 99), destacando o papel da narrativa enquanto uma forma de “*constituir* uma realidade sempre revogável e a serviço de padrões culturais e interacionais” (BASTOS; BIAR, 2015, p. 101, grifo nosso). Concordando com as autoras, antes de ser apenas uma opção metodológica, o analista, ao trabalhar com narrativas, se vê implicado num compromisso ético: promover interpretações válidas (não uma descrição) comprometidas com a desconstrução de práticas injustas e as transformações destas (BASTOS; BIAR, 2015, p. 102). Não encontraríamos aí um espaço absolutamente profícuo de pesquisa em Comunicação e Saúde?

A partir da construção elaborada no parágrafo anterior, vale apresentar um eixo estruturante do estudo das narrativas nas pesquisas em Comunicação e saúde: sua pertinência está diretamente relacionada à necessidade de se batalhar pela observação e respeito aos direitos humanos, ao direito à saúde, ao direito à comunicação. Nesses termos, trabalhamos com a perspectiva analítica de observar como tais narrativas são produzidas e postas em circulação com o objetivo de estabelecer relações que permitam a transformação de atores sociais. Isto é, da investigação da produção às possibilidades (não exclusivas, é claro!) de interpretação! Nesse sentido, não se trata de apenas observar, acompanhar, monitorar as narrativas produzidas pelos veículos de imprensa, mas de compreendê-las dentro de um complexo jogo de construção, de apropriação e de compartilhamentos de sentidos. É nessa chave de compreensão que três passos parecem significativos: o primeiro é a percepção de que “contar histórias em interação tem uma centralidade cultural e uma organização regrada” (BASTOS; BIAR,

2015, p. 107); o segundo, de que “as narrativas são parte de ‘embates para legitimar sentidos’, e, sendo assim, há que se considerar ‘quem conta histórias para quem’ e ‘em que espaços institucionais’” (BASTOS; BIAR, 2015, p. 109); por último, que “a narrativa é uma prática social constitutiva da realidade e enquadra esse tipo de análise como uma forma de se fazer análise do discurso” (BASTOS; BIAR, 2015, p. 121).

Embora venhamos anunciando nossa opção teórico-metodológica, mesmo diante da singularidade da abordagem, essa não é a única forma de investigação e análise das narrativas. Assim sendo, é muito oportuna a “evolução” descrita por Gomes (2017), que partiria de estórias orais até seu momento ulterior, com as narrativas midiáticas. Menos interessa nesse momento tensionar a superação de um modelo (oralidade) por outro (resultante da combinação das linguagens oral, escrita, audiovisual, presentes na comunicação eletrônica) e mais destacar que parece equivocada a noção de que a transmissão oral foi superada ou subsumida em outras formas a partir dos dispositivos tecnológicos do nosso tempo – ainda que não explore no presente trabalho, quero enunciar a hipótese de que há uma íntima relação entre a presença da oralidade, como forma de trocas simbólicas, de trocas comunicacionais, e o dispositivo tecnológico WhatsApp, por atores sociais que estiveram historicamente à margem do “jogo”, uma vez que a ferramenta dispensa uma expertise de uso da escrita, por exemplo, na transmissão e compartilhamento de conteúdos. O que se acentua nesse momento histórico é que mesmo a transmissão oral mimetiza a midiática.

Vejamos o exemplo fornecido por Gomes (2017), a partir de *O Narrador*, de Walter Benjamin. Com a ênfase na reprodutibilidade técnica, o autor destaca, que “Para ele [Benjamin], as estórias orais *eram míticas, encantadas, tinham um efeito de sentido mágico*. E a narratividade do *romance moderno é desencantada, descritiva e propositalmente subjetiva*” (GOMES, 2017, p. 233, grifos nossos). Há aqui duas distinções importantes entre o que se pode qualificar como abordagem tradicional e aquela com a qual operamos. A primeira é a de que a estrutura narrativa da forma de se contar uma estória presente em *O Narrador* permanece atual: a realidade (vivida pelo camponês sedentário benjaminiano) e a fantasia (imersa na metáfora do viajante) sempre se misturaram. Se lá, entre o camponês e o viajante; em nosso tempo, entre o local e o global. A segunda, corolária à primeira, é a de que realidade e fantasia sempre se misturaram nas narrativas – o que contrasta com a perspectiva utilizada por estudiosos tradicionais das narrativas, que aceitam uma ruptura entre razão e emoção, promovida pelo Iluminismo. Definitivamente, não apenas racionalidade e emotividade, ou se preferir, objetividade e sensações são constitutivas de toda e qualquer narrativa, como todo ator social constrói seus relatos num lusco-fusco entre realidade e ficção, tendo a verossimilhança como elemento estruturador.

Tal equívoco parece orientar a percepção de trabalhos como o de Gomes (2017), por exemplo, que defendem que um dos recursos utilizados são as “histórias clássicas, estas são estórias que mantêm a mesma estrutura (melodrama), a exemplo de Édipo, de Sófocles” (GOMES, 2017, p. 233). Para além da fixidez de uma leitura sígnica (ZUSMAN, 2006, p. 4), Gomes não realiza o “salto Simbólico”, aceitando a distinção entre emotividade e racionalidade. Paralelamente, encontramos em Martin-Barbero (2001) que a estrutura do melodrama representaria um lugar de chegada de uma memória narrativa e gestual e lugar da emergência de uma cena de massa (MARTIN-BARBERO, 2001, p. 174). Novamente, insistimos, aceitar a divisão (e distinção) entre narrativas reais e imaginárias, é aceitar a divisão proposta pelo racionalismo francês/alemão, relegando à emoção, aos sentimentos, às sensações, um lugar de subalternidade com relação à razão. Para nós, tal distinção é ilusória. A centralidade da estrutura das narrativas é percebida a partir da compreensão de que um dos seus elementos de interpelação está desde sempre no verossímil e na possibilidade de sutura. Afirmar que uma narrativa (e as narrativas midiáticas são centrais na contemporaneidade) contém em si elementos de sutura, é simultaneamente reconhecer que o sentido é dado por quem se apropria da mensagem e não negligenciar que a comunicação acontece num mundo estruturado pela linguagem. Ou seja, sim, é o leitor, ouvinte, telespectador que dá sentido a qualquer textura, mas esse processo é sempre realizado dentro de determinados “pactos”, “acordos”, “contratos”.

Há outro importante elemento presente no que qualificamos como análises tradicionais das narrativas, que é a serialização (GOMES, 2017, p. 234). Entretanto, uma vez mais, negligencia-se um aspecto essencial desse

processo quando a serialização é apresentada como uma das características das narrativas audiovisuais, ao lado da interculturalidade, da virtualidade e da interatividade. A contradição se estabelece quando, a título de exemplo, as “características interculturais (que mesclaria o local e o universal)” (GOMES, 2017, p. 235) são apontadas como distintivo das narrativas contemporâneas. Ora, mas não estariam exatamente as figuras do camponês e do viajante de Benjamin marcando essa interculturalidade (e uma circularidade sincrônica, da qual trataremos mais adiante) desde tempos onde apenas a oralidade permitia a troca de experiências? Quando, paralelamente, o autor marca que com o caráter interativo das narrativas audiovisuais, “o público deixou de ser passivo” (GOMES, 2017, p. 235), não estaríamos mais uma vez diante de um fenômeno que fetichiza a tecnologia e ignora traços, vestígios, pistas de um processo de comunicação que conserva permanências de longa duração? Não apenas a serialização – o fracionamento de um todo que, por vezes, é entregue em “capítulos” – é constitutivo do processo narrativo que a mídia se apropria, como parece ser a base ideológica para expansão do capital: suporte material para a fragmentação do trabalho e da percepção do todo, obscurecendo aquilo que é residual (WILLIAMS, 1979).

No capítulo “Dominante, residual e emergente”, de *Marxismo e Literatura*, além de estabelecer a distinção entre os conceitos, Williams (1979) nos dá algumas pistas bem interessantes sobre a forma como podemos apreender as narrativas. Por “arcaico”, o autor caracteriza “todo e qualquer elemento cultural que teve início e fim no passado, mas que estaria sendo revivido, de forma deliberada e consciente, em tempos posteriores” (WILLIAMS, 1979, p. 125). Ou seja, aquilo que é totalmente reconhecido como um elemento do passado, mas, de forma conservadora ou tradicionalista, usado no presente. Como “emergente”, aquilo que, embora novo, emerge em todos os momentos históricos. Já o “residual”, como elemento do passado, mas que ainda está ativo na sociedade e na cultura, experimentado *por vezes de forma inconsciente* por seus membros e que emerge na mentalidade vigente (WILLIAMS, 1979, p. 126, grifos nossos); enquanto o “dominante”, elementos que caracterizam determinado período histórico; geralmente ligados aos grupos poderosos. O dominante é a mescla entre o emergente e o residual. É nesse quadro mais geral que se pode perceber o quanto elementos culturais emergentes, próprios de um tempo, no que toca, por exemplo, as formas de trocas culturais, como as promovidas pelos jornais impressos no fim do século XIX, vão dialogar com os traços residuais, isso para ficarmos apenas nas formas de produção, circulação e apropriação de conteúdos, cujo arcaico também pode estar presente.

Admitindo que as narrativas contemporâneas mantêm um “diálogo” com aquelas produzidas e postas em circulação com a expansão do mercado editorial no Brasil do século XX, ou ainda com aquelas intimamente vinculadas a expansão dos chamados romances de sensação e as práticas de leitura que remontam a França do século XVI, pode-se observar que há uma intrínseca e umbilical relação de contiguidade. Se tal movimento diz respeito mais a forma, examinemos mais um pouco o conteúdo, utilizando como uma das referências a Narratologia, nos termos apresentados por Borges (2014):¹ por um lado, abandonando-se definitivamente o foco na emissão (primeiro na obra, depois no autor) ou na recepção, tomando-se as texturas (narrativas) dentro de um círculo hermenêutico, admitindo a existência uma ação de mediação, que reconfigura um mundo prefigurado, mas, por outro, constatando-se que não haveria diferenças estruturais entre as narrativas reais e as imaginárias.

Se a abordagem apresentada no parágrafo anterior é válida, nos sentimos autorizados a enunciar a sentença de que as narrativas produzidas pelos meios interferem decisiva e subjetivamente na vida de milhares e milhares de pessoas. Entretanto, não se trata de algo novo, tampouco explorado pela primeira vez. Mas, quando se toma por objeto de investigação um evento repercussão mundial (como foi a pandemia da H1N1, em 2009) e de repercussão nacional (como foi a Campanha de 2010), ou ainda a pandemia de COVID-19 (em 2020) ou a proposta de imunização (em 2021) estes parecem se oferecer como lócus privilegiados para a análise de como as narrativas são produzidas e como podem ser apropriadas em maior ou menor grau pela população. Se todo enunciado jornalístico é ideológico, isto é, traz impresso em seus relatos escolhas, visões de mundo, interesses

particulares, conscientes ou inconscientes de determinado autor e leitor, ouvinte, espectador, telespectador, internauta (que em determinadas ocasiões podem corresponder a interesses coletivos), com conteúdos oferecidos a partir de qualquer textura, o passado, isto é, um mundo prefigurado, pode fornecer elementos decisivos para que o diálogo transcorra numa direção ou noutra. Recorramos a outro exemplo. Em meio ao debate em torno da proteção de brasileiras e brasileiros contra a COVID-19, uma palavra “habitou” esse universo de disputas: cloroquina.

Mesmo que não negligenciemos o papel do governo federal na difusão do chamado “tratamento precoce”, sem nenhuma eficácia comprovada, é possível que nos interroguemos: como o medicamento cloroquina ganhou corações e mentes num espaço de tempo tão curto, a ponto de obstaculizar a vacina como a única possibilidade concreta de enfrentamento imediato a uma doença que não se conhece na totalidade? Estaria pura e simplesmente associada à força das chamadas redes sociais digitais na propagação daquilo que a partir do final da primeira década do século XXI vem sendo chamado de Fake News? Ou poderia ser localizada num negacionismo que parece ter se tornado uma poderosa ideologia? Ou mesmo ser atribuída a uma crise da Ciência, onde o sujeito se nega à vacina (um avanço da Ciência), mas se recorre ao fármaco (igualmente um avanço da Ciência)? No limite, pode-se ainda argumentar sobre a força de dispositivos discursivos que impõe uma verdade sobre outras. Entretanto, a busca por uma interpretação possível parece pertinente quando o passado e a memória são evocados numa construção narrativa em que passado-presente-futuro, sempre operados no presente, permitem um diálogo dentro de um imaginário social e um universo narrativo partilhados por quem emite e quem se apropria de uma narrativa. A adesão tão rápida à Cloroquina pode ser encontrada numa outra pandemia, igualmente devastadora, como a Gripe Espanhola.

Com início em fevereiro de 1918, a Gripe Espanhola vitimou, até 1920, aproximadamente 50 milhões de pessoas no mundo. Foi a primeira pandemia do vírus *Influenza* – o mesmo que, em 2009 (H1N1), voltou a assombrar o planeta, mas sem a mesma letalidade da anterior – e infectou quase 500 milhões, um quarto da população mundial da época. Um quadro tão assustador não deixa de produzir seus efeitos em médio ou em longo prazo. Uma série de análises produzidas dentro do Observatório Saúde na Mídia (OSM) verificou que não raros foram os depoimentos que vinculavam (ainda em 2009 e, posteriormente, em 2010) a pandemia de H1N1 à Gripe Espanhola ou à Revolta da Vacina (1904). No entanto, em várias ocasiões, essas remissões ou reminiscências eram qualificadas como mitos ou lendas urbanas. O trabalho realizado naquele momento histórico mostrou que se tratava de algo mais profundo e que o diálogo com a sociedade se apresentava como a melhor alternativa. Um dos resultados práticos foi a imunização de 81 milhões de brasileiros e brasileiras em três meses. Já em 2020, dessa vez com a COVID-19, um novo e assustador quadro produziu a maior emergência sanitária dos últimos 100 anos (a Gripe Espanhola terminara em 1920). Uma nova série de contradições se materializa no corpo social brasileiro, mas dessa vez não como uma disputa entre “verdade” e “boatos e lendas urbanas”, mas entre “verdade” e “Fake News”. Estaria o real do problema mais uma vez sendo negligenciado: como conhecimentos prévios, remissões, reminiscências comparecem na produção de sentidos sobre a pandemia? A Influência da segunda metade do século XX não comparece de forma real na primeira década do XXI? Que tipo de conexões haveria entre a Cloroquina e o *Chloro Quinino*?

Para apresentar um caminho interpretativo possível, recorremos à Narratologia e ao jogo que se estabelece entre a construção e a interpretação das narrativas noticiosas, especialmente pela perspectiva de que, a fixação de uma narrativa no tempo presente, no atual, no imediato, produz um efeito de real e emocional aproximando tal narrativa (e as pessoas com ela envolvidas) a dramas e tragédias humanas, promovendo uma identificação ou uma projeção com o que é narrado. Ainda que as informações que davam conta de que a cloroquina foi utilizada no combate à Gripe Espanhola tenha sido fartamente desmentido por organismos criados para checagem dos fatos, o que não se pode negar é a vinculação, primeiro do Quinino e, mais tarde (a partir dos anos 1940), da Cloroquina ao combate da malária. Paralelamente, que outras formas de compartilhamento de informações, que não a escrita, foi a majoritária na produção, circulação e apropriação de informações sobre o *Chloro Quinino* durante os primeiros meses da pandemia. Em 2020, não foram raras as notícias, associadas ao

ex-presidente estadunidense Donald Trump, que sugeria o uso de desinfetante e água sanitária no combate à COVID-19. Se não desprezarmos o conhecimento popular de que, com cloro, se faz água sanitária, Trump, numa só expressão, atualizava em 100 anos uma “forma de combate” à pandemia. Nesse sentido, tomar toda e qualquer narrativa como uma ação criadora, mas produzida num universo de imaginação regrada (da cultura, da cultura compartilhada por quem produz e por aqueles que se apropriam), a exemplo daquela qualificada como “Narratologia de 3ª geração” se revela absolutamente pertinente.

Uma das questões centrais, nesses termos, que orienta um conjunto de pesquisas com o qual estamos envolvidos é a formação de um imaginário social que tem interferido decisivamente no modo como os indivíduos, sobretudo na contemporaneidade, se apropriam das narrativas (principalmente as midiáticas), conferindo-lhes sentido. Nesse processo, o lugar da memória e a forma como ela opera tornam-se fundamentais. Primeiro porque, concordando com Ricoeur (1994), a memória só existe, em última instância, enquanto discurso, enquanto narrativa. Narrativa esta que se revelaria na tessitura da intriga, como atividade produtora que se realiza dentro de certas regras culturais. Isso nos coloca diante de um processo, dinâmico e contínuo, onde os meios de comunicação constroem seus discursos a partir do verossímil, por um lado, somado a um regramento (imaginação regrada) investido no imaginário, por outro. Como destaca o autor: “a ação pode ser narrada, é porque ela já está articulada em signos, regras, normas: é, desde sempre, *simbolicamente mediatizada*” (RICOEUR, 1994, p. 91, grifo nosso).

Nesse quadro mais geral, do ponto de vista da narrativa, a COVID-19 não é apenas uma pandemia do século XXI, mas o resultado de uma articulação onde os sujeitos sociais conferem sentido não apenas a ela, mas à pandemia de H1N1, à Gripe Espanhola, à Revolta da Vacina. Evidentemente, contido em nossas palavras, não há nenhum movimento de planificação desses quatro eventos históricos. O que é digno de registro, na esteira da proposta ricoeuriana, é a distinção entre aquilo que o autor nomeia como lembrança fraca, que requer maior esforço, onde as fantasias estão mais presentes (Revolta da Vacina e Gripe Espanhola), e a memória forte, onde o esforço de rememoração é menor e a lembrança, mais presente (H1N1). Isso também significa dizer que, quem opera a memória (a manipulação da memória como destaca Ricoeur), também o faz com relação ao esquecimento. Seja num caso seja no outro, pode-se perceber que a ideologia aparece de forma opaca. Num nível mais profundo, a ideologia está arraigada nas estruturas hereditárias (passa-se de pai para filho – como no caso das crianças) ou nas estruturas estruturadas, como nos ensina Pierre Bourdieu, ou ainda como aparece na literatura, a exemplo do romance *O século das luzes* (CARPENTIER, 2004), cuja coação (guilhotina) bem como a sedução (prensa) participam desse sistema de dominação e transmissão.

Saúde, apelo às sensações e romances: um todo analítico

Desde 2014, há uma pesquisa em curso que acompanha os sete fóruns “A saúde no Brasil”, realizado pela *Folha de São Paulo*, entre aquele ano e 2020, cujas “principais informações” foram publicadas em suas páginas dias após cada edição. Não dá para dizer que a saúde não foi objeto de atenção e interesse por parte dos grandes conglomerados de comunicação. Isso porque, ao lado da *FSP*, *O Globo* também organizou, debateu e publicou os resultados dos seus eventos. Além de serem veículos que se apresentam como de abrangência nacional, ambos contam também com portais de notícias, canais no *Youtube*, além de farta difusão através de múltiplos suportes. Ou seja, não se pode afirmar que pouco circulou o conteúdo dessas iniciativas. Ainda que as edições contassem com sugestivos títulos, tanto nas mesas dos Seminários da *Folha de São Paulo* quanto nas matérias que seguiam aos eventos,² como “Os desafios e o futuro da saúde nacional pós-pandemia”, presente através da manchete “Setor da saúde precisa de complementaridade entre público e privado” (SMITH, 2020), “Mais Médicos expõe outro gargalo no atendimento” (MAIS MÉDICOS..., 2014), ou ainda aqueles que dessem nomes às mesas no 5º Fórum *A Saúde no Brasil*, como “30 anos de SUS” e “Judicialização da Saúde”, que se materializaram nas manchetes “SUS, 30 anos” (COLLUCCI, 2018) e “Desperdício e orçamento restrito ameaçam saúde pública e privada no país” (VIEIRA; LOTT; BOSA, 2018), respectivamente, merecerá um

pouco mais atenção o sugestivo ano de 2016, num período imediatamente anterior ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, cujas chamadas são exemplares.

De todas elas, nos fixaremos naquela cujo título evoca a memória, uma memória afetiva, e que produz efeitos no tempo presente. Com a manchete “Entre o SUS e a Espada” (ENTRE O SUS..., 2016, grifo nosso), logo abaixo da imagem, que ocupou meia página, com os convidados organizados num tablado circular, cercados por profissionais que acompanhavam o debate, interpelavam-se os leitores a concordarem com a ideia de que a defesa do SUS não mais se sustentava. Apresentadas essas chamadas, convocamos novamente Ginzburg (1989) e Williams (2001) para, através das pistas deixadas nas texturas, buscar resíduos nas mentalidades.



A partir da esq., Eugênio Vilaça Mendes, consultor de saúde pública, Gustavo Gusso, professor da USP, Sílvia Esposito, da Unimed, e a mediadora Sabine Righetti, no Tucarena, em São Paulo

Fonte: Bruno Santos/Folhapress. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/files/flip/11/30/66/2/6026630/original/6026630.jpg>

“O SUS é uma plataforma de investimento. Se não fosse o SUS, não teríamos 12 milhões de brasileiros formalmente empregados

Alexandre Padilha, secretário municipal da Saúde de São Paulo e ex-ministro da Saúde



“Quem não entrega a integralidade é o próprio SUS, por falta de recursos. Um sistema que serviu para um país de 25 anos atrás não serve para hoje

Antônio Britto, presidente-executivo da Interfarma



“É preciso buscar o Judiciário quando um direito é violado, mas, em tempo de crise econômica, é preciso mais cautela

Deborah Ciocki, juíza do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo



Fotos Reinaldo Canato/Folhapress

“Eu não vejo sustentabilidade para o sistema de saúde complementar da forma como ele é hoje. Nosso desafio é discutir e mudar o modelo. Senão, vamos entregar um sistema doente para nossos filhos

Maurício Ceschin, presidente da Gama Saúde



“A mudança para um modelo que reduza internações e atendimentos de emergência nos pronto-socorros deve ser rápida, antes que o modelo não seja mais sustentável

Silvia Esposito, coordenadora do núcleo de atenção à saúde da Unimed Brasil



“Os hospitais têm muito desperdício, utilizam recursos complexos em casos simples, em internações que não deveriam nem acontecer

Claudio Lottenberg, presidente do Hospital Albert Einstein



Fonte: Reinaldo Canato/Folhapress. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/files/flip/11/30/66/2/6026630/original/6026630.jpg>

Com esta perspectiva, recuperaremos o paradigma estético-expressivo, que aproxima fenologia, medicina, paleontologia, arqueologia, literatura, psicanálise e comunicação, que “talvez possa ajudar a sair dos incômodos da contraposição entre ‘racionalismo’ e ‘irracionalismo’” (GINZBURG, 1989, p. 143). Tanto o racionalismo francês quanto o romantismo alemão devem ser vistos nessa fronteira no raio do Iluminismo. Trata-se do método indiciário, que examina “pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia: os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés” (GINZBURG, 1989, p. 144). Sim, na perspectiva aqui explorada, estamos gerando uma equivalência entre o artista-pintor e o artista-jornalista no trabalho de criação – esse último da obra jornalística. Afinal, seria possível imaginar que todos os profissionais de comunicação utilizassem as mesmas imagens e títulos que sugerissem associação com a ágora grega e com as Cruzadas, quando seres humanos ficavam entre o dilema de sucumbir diante da conversão ao cristianismo (cruz) ou da manutenção de sua crença (espada)? Concordando então com o historiador italiano, “a personalidade deve ser procurada onde o esforço pessoal é menos intenso [...], os nossos pequenos gestos inconscientes revelam nosso caráter mais do que qualquer atitude formal” (GINZBURG, 1989, p. 146).

Dessa forma, o método descrito por Ginzburg aparece em estreita relação à “técnica da psicanálise médica”, uma vez que, como descreve o autor, “é o próprio Freud a indicá-lo: a proposta de um método interpretativo centrado sobre *resíduos*, sobre os dados marginais, considerados reveladores” (GINZBURG, 1989, p. 149, grifo nosso). Paralelamente, a importância do paradigma repousa em sua relação com a semiótica médica: “a disciplina que permite diagnosticar as doenças inacessíveis à observação direta na base de sintomas superficiais, às vezes irrelevantes aos olhos do leigo” (GINZBURG, 1989, p. 151). Não menos significativo é o fato de a semiótica se afirmar entre as ciências humanas, no final do século XIX, uma vez que, a partir da forma como investigamos as narrativas midiáticas, esse momento histórico é fundamental para a construção do jornalismo tal como é concebido no Brasil. Ainda que num período posterior ao da Europa, os chamados romances de sensação, a partir da serialização e popularização de seus conteúdos através da imprensa, representaram um movimento de expansão do mercado editorial nacional. Através desses romances, as imaginações cidadãs eram provocadas, mexendo com as sensações dos leitores das mais diversas formas. Essa, inclusive, é a fórmula

pela qual se observa a difusão desse tipo de literatura com a chamada imprensa sensacionalista, baseado na premissa de que todo conhecimento deriva de impressões sensoriais (BORGES, 2014).

Interessante observar que, tal movimento, não é próprio apenas da passagem do XIX para o XX. Aliás, como se recorre aos “utensílios mentais” de cada época, o investimento da memória é um investimento no imaginário, pela fixação de significantes associados a determinados significados, como observa-se também em São Tomás de Aquino, também explorado por Paul Ricoeur. Assim sendo, a memória é um trabalho dos sentidos. Tanto a memória quanto a imaginação procedem das imagens passadas evocadas no presente. Nesses termos, nos parece plausível a afirmação de que o uso da expressão “entre o SUS e a Espada” ativa uma rede de sentidos que sugere ao leitor uma escolha semelhante àquela realizada no período medieval. A imagem que simula a ágora grega parece reforçar que, optar pela defesa do nosso sistema público de saúde é voltar no tempo e está desprovido de qualquer racionalidade (grega, inclusive). A presença de São Tomás de Aquino, nessa passagem também não é acidental.

Como já explorado em outras reflexões, é o filósofo católico quem destaca que são as afetações (lugares corporais) que conduzem a imaginação ao registro da memória: memória associada, neste caso, ao vício (imperfeição) e à virtude (perfeição) (BORGES, 2014). Assim sendo, a presente proposta analítica parte da premissa de que a formação de um imaginário social, de longo prazo, tem interferido decisivamente na forma como os indivíduos se apropriam das narrativas – mas, principalmente das midiáticas, sobretudo pela centralidade dos meios na contemporaneidade – conferindo-lhes sentido e tomando-as como referências para suas ações. Mais especificamente, como uma determinada forma de narrar, a partir de um compartilhamento comum na sociedade, influencia poderosamente na forma como os atores sociais conferem sentido, por exemplo, à sua relação com a Saúde, no geral, e com o processo de imunização, mais particularmente. Como tanto a memória quanto o esquecimento (este como uma memória impedida) são resultados de processos culturais complexos, nossa proposta metodológica trabalha com o pressuposto de que este último (o esquecimento) pode aflorar através da sintomatologia dos atos falhos, como propõe Freud. Neste caso, o “Inconsciente” pode ser equiparado ao “Esquecido”.

Retornando a Ginzburg, particularmente quando ele argumenta que a chamada ofensiva cultural da burguesia se deu majoritariamente quando um poderoso processo de aculturação, cujo o símbolo e o instrumento foi a *Encyclopédie* (GINZBURG, 1989, p. 167), há duas pistas igualmente importantes: a primeira é a importância assumida por uma cultura da escrita, onde o iluminismo exerce grande protagonismo, tendo as páginas dos livros um papel central; e, paralelamente, que a mediação exercida pelos romances promoveu uma verdadeira reformulação de ritos de iniciação – isto é, o acesso à experiência em geral – cuja *literatura de imaginação* ocupou posição de destaque (GINZBURG, 1989, p. 168, grifo nosso). Tal movimento permite estabelecer uma reflexão sobre, simultaneamente, uma circularidade sincrônica (circulação no espaço) e circularidade diacrônica (circulação no tempo) – uma circularidade cultural, inclusive, cotejando as dimensões do arcaico, do residual, de emergente e do dominante (Williams).

Examinemos, a título de exercício, *Zadig ou Do Destino* (VOLTAIRE, 2002). Publicado inicialmente em 1747 por Voltaire, no ano seguinte, o periódico francês *Mercure* o faz circular como sendo os primeiros resultados das pesquisas do filósofo francês sobre o Oriente (VOLTAIRE, 2002, p. xii), que viria a receber o sugestivo nome de *Ensaio sobre os costumes*. Embora sejamos tentado a apontar certa relação entre o *Ensaio*, de Voltaire, e a existência da *Sociedade inglesa* (para *Reforma das Maneiras*), do século XVII, especialmente após seu exílio de dois anos na Inglaterra, ou, inversamente, que o *Ensaio* antecipe a *Sociedade para Supressão do Vício*, já no século XIX, o que nos parece particularmente relevante é a captura de que, “em 1774, Voltaire apoia, por uma campanha na imprensa, as reformas empreendidas pelo ministério de Turgot [Anne Robert Jacques Turgot, economista e estadista francês que trabalhou da Administração Real, nomeado por Luís XVI ministro-geral da finanças]” (VOLTAIRE, 2002, p. xix), o que poderia, nas palavras do autor, ter feito com que a Revolução Francesa não ocorresse.

Romance, imprensa e inconsciente político: um fechamento possível

Ao encerrar a seção anterior trazendo para o centro da reflexão sobre Voltaire e o rico e complexo século XVIII, nosso objetivo foi expor o quanto a relação entre imaginário, subjetividade e política cooperaram, especialmente nos últimos três séculos, para a construção de narrativas cuja circularidade excedem o tempo e espaço em que foram geradas. Retomemos Zadig. O chamado “método Zadig tornou-se tão simbólico que Thomas Huxley”, afirma Ginzburg, “em 1880, no ciclo de conferências proferidas para difusão das descobertas de Darwin, definiu-o pela capacidade de fazer profecias retrospectivas” (GINZBURG, 1989, p. 169). Entretanto, não é menos curioso que Thomas Huxley seja avô de Aldous Huxley, que lançou em 1921 o *Crome Yellow* – o primeiro de uma série de romances e novelas que combinam diálogos emocionantes e um aparente ceticismo com profundas considerações morais, isso porque a “respeitabilidade burguesa precisa de sinais de reconhecimento igualmente indelévels, mas menos sanguinários e humilhantes do que os impostos pelo *ancien régime*” (GINZBURG, 1989, p. 173). Nesse sentido, a prensa e a guilhotina, descritas em *O século das luzes* (CARPENTIER, 2004), nos parecem exemplares. Antes, porém, de falar um pouco mais dessa última em particular, cumpri-nos nova visita à *Cultura y sociedade – de Coleridge a Orwell* (WILLIAMS, 2001). Nela, o intelectual britânico toma como referência uma série de autores do século XIX, mais especificamente aqueles que, como Jeremy Bentham, Samuel Tayler Coleridge – S.T. Coleridge, Lord Byron, Charles Dickens, Bernard Shaw, Oscar Wilde, George Orwell, Aldous Huxley contribuem para entender o intervalo do XIX para o XX (WILLIAMS, 2001, p. 17-18).

Com exceção de Bentham, Coleridge e Byron, uma característica une os demais autores: além de ensaístas e romancistas, foram jornalistas. Dos listados no parágrafo anterior, há duas singularidades que envolvem George Orwell: a primeira é que ele nasceu em Motihari, colônia inglesa na Índia (portanto, um diaspórico),³ passando a escrever sob o pseudônimo de John Freeman (*free*=livre + *man*=homem) – estaria aí se manifestando uma fantasia, um sintoma de que o autor desejava, consciente ou inconscientemente, ser livre da colonização inglesa? O segundo, que talvez reforce a percepção de que a utopia (de ser livre?) atravessava suas obras, a produção de um dos mais conhecidos romances distópicos: *1984*. Tal referência à utopia talvez o tenha também aproximado de outro importante escritor, historiador, ensaísta e jornalista inglês, Herbert George Wells (H. G. Wells), célebre por seus romances de sensação (especialmente baseados em ficção científica) como é o caso de *Guerra dos Mundos* –que, ao ser levada ao rádio por Orson Welles, mexeu com a imaginação dos ouvintes, que ficaram com a impressão de que uma guerra de alienígenas contra a Terra estava em curso. Dessa forma, podemos com segurança concluir que há uma relação direta entre a literatura e os meios de comunicação de massa. Para Williams (2001, p. 16, tradução nossa), do conjunto de palavras que foram centrais para a passagem à modernidade, democracia e cultura, ao saírem da literatura para converterem-se no vocabulário político, especialmente a partir das Revoluções Francesa e Norte-Americana, ensejaram “um vasto movimento geral de pensamento e de sentimento”.

Por fim, ao tomar como uma das referências desse trabalho o romance *O século das luzes* (CARPENTIER, 2004), julgamos que estamos diante de uma reflexão onde o inconsciente político está presente na produção e circulação de ideias, cujos veículos massivos de comunicação são peças-chaves. Assim, ao nos propormos a refletir sobre o lugar da transmissão de ideais a partir de um deslocamento do lugar do autor-escritor-literato para o autor-escritor-jornalista e admitindo a presença das matrizes do sensacionalismo na produção narrativa midiática, o inconsciente político do produtor de conteúdo na contemporaneidade compõe não só o corolário que fornece elementos para a produção textual, mas também é responsável por uma atribuição de sentidos de forma mais ou menos parecida por um universo de leitores, ouvintes, telespectadores, internautas bastante heterogêneo a partir da formação de um imaginário social.

O trabalho de identificar traços, vestígios, pistas, sinais de elementos do tempo presente cuja homofonia (Cloroquina – Chloro Quinino) ou homologia (Entre o SUS e a Espada – Entre a Cruz e a Espada) guarda

relação com uma memória histórica, com um processo de longa duração, cujas raízes podem ser buscadas num passado longo, compreendendo que todo enunciado (o jornalístico, inclusive) é ideológico e nos permite relacionar tais narrativas a escolhas, visões de mundo, interesses particulares (que em determinadas ocasiões podem corresponder a interesses coletivos). Utilizando o paradigma indiciário, podemos identificar formas de controle social mais sutis, como o uso da guilhotina como símbolo que ameaçava os contrarrevolucionários num contexto pós Revolução Francesa, mas igualmente aquele representado pela prensa (tipografia), como força de sedução, de construção de hegemonia. Em *O século das luzes*, quando “Carlos propôs a realização de um ‘grande massacre’” (CARPENTIER, 2004, p. 24), é justamente o inconsciente político do franco-cubano que nos catapulta, simultaneamente, para *O Grande Massacre dos Gatos*⁴ e para um contexto em que a gráfica era a responsável pela produção de textos iluministas, alargando o mundo da literatura clandestina. Ou seja, se a realidade é opaca, como me ensinaram autores como Martin-Barbero e Ginzburg, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la. Assim, a prensa e a guilhotina convertem-se em metáforas para a compreensão de um processo onde se, desde a comunicação, não entendermos os limites de ação para busca de direitos, a repressão emergirá como real.

Referências

- BASTOS, Liliana Cabral; BIAR, Liana de Andrade. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, v. 31, n. spe, p. 97-126, 2015. <https://doi.org/10.1590/0102-445083363903760077>.
- BORGES, Wilson Couto. A Narratologia deve estar atenta à cultura. In: LENER, Kátia; SACRAMENTO, Igor. (Org.). *Saúde e Jornalismo: interfaces contemporâneas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014. p. 85-111.
- CARPENTIER, Alejo. *O século das luzes*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.
- COLLUCCI, Cláudia. SUS, 30 anos: subfinanciamento limita a expansão do maior sistema público de saúde do mundo. *Folha de S.Paulo*, 26 abr. 2018. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=48267&anchor=6085645&origem=busca&originURL=&pd=dcd97de92dce6f6c6656c6e3eb5727dc>. Acesso em: 12 jun. 2022.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história social francesa*. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2011.
- ENTRE O SUS e a espada. *Folha de S.Paulo*, 16 jun. 2016. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20624&keyword=SUS&anchor=6026630&origem=busca&originURL=&pd=23aed04172aa308cf50b0c4b5ed81c8d>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 2002.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- GINZBURG, Carlo. *História Noturna: decifrando o Sabá*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.
- GOMES, Marcelo Bolshaw. A narrativa midiática: mediações dos acontecimentos. *Tríade: Comunicação, Cultura e Mídia*, Sorocaba, SP, v. 5, n. 10, p. 230-246, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/triade/article/view/3032/2808>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- MAIS MÉDICOS expõe outro gargalo no atendimento. *Folha de S.Paulo*, 29 mar. 2014. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19813&anchor=5925562&origem=busca&originURL=&pd=0c98974a48c9ee3016f8ade5b607bf79>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. *Ofício de cartógrafo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Gaia Ciência*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Campinas: Papirus, 1994. v. 1.
- SMITH, Manoella. Setor da saúde precisa de complementaridade entre público e privado. *Folha de S.Paulo*, 1 set. 2020. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=49269&anchor=6418452&origem=busca&originURL=&pd=74dee7d55fc2b241200ac36d155de400>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- VIEIRA, Bianka; LOTT, Diana; BOSA, Gabriel. Desperdício e orçamento restrito ameaçam saúde pública e privada no país: modelo de remuneração, uso inadequado dos serviços e judicialização são entraves ao setor, dizem especialistas. *Folha de S.Paulo*, 26 abr. 2018. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?>

numero=48267&anchor=6085655&origem=busca&originURL=&pd=b56da67cf66b889f9651465c3f7bdfb4. Acesso em: 10 jun. 2022.

VOLTAIRE. *Zadig ou do Destino*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1979.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura y sociedade - 1780-1950*: de Coleridge a Orwell. Buenos Aires: Nueva Visión, 2001.

ZUSMAN, Waldemar. “De volta à Tebas: uma leitura sígnica do Oráculos de Delfos. *Revista Latinoamericana de Psicoanálisis*, v. 7, p. 532-541, 2006. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/psa-16485>. Acesso em: 12 jun. 2022.

Notas

¹ No trabalho, o autor constrói uma classificação, para efeitos didáticos, sobre três momentos distintos da Análise da Narrativa no Brasil, que estariam divididas em três gerações: a primeira cuja ênfase seria na estrutura da narrativa, a exemplo da forma como se operava na análise da narrativa literária; a segunda, cujo foco se deslocou para o receptor, ou seja, sobre a apropriação que esse receptor fazia do conteúdo, negligenciando-se, de certa maneira, a forma como essa estrutura era construída; a terceira que, a partir da filosofia interpretativa de Paul Ricoeur.

² Desde a primeira edição dos Seminários A Saúde no Brasil, organizados pela *Folha de São Paulo*, em 2014, nos servimos, inicialmente, da cobertura jornalística dos eventos para acessarmos as mesas temáticas, que se propunham a oferecer aos presentes uma determinada perspectiva sobre o debate em torno da Saúde.

³ Como diaspórico também é Alejo Carpentier, autor do romance *O século das luzes*. Carpentier foi um romancista e jornalista, que nasceu em Cuba, em 1904. Logo, um contemporâneo de George Orwell. Após morar na Venezuela entre 1945 e 1959 (Maracaibo é uma referência constante em seu romance) e viver longos períodos na França, volta a Cuba, em 1959, após a Revolução Cubana.

⁴ Trabalho publicado no Brasil pela Graal Editora [1986], cujo título completo é *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história social francesa*. Nela, Robert Darnton (2011) se debruça sobre o episódio que ocorreu em Paris (1730), na gráfica de Jacques Vicent. Na ocasião, houve uma matança de gatos que, segundo registros, tinham condições de vida (alimentação, por exemplo) melhores que a dos funcionários de Vincent, como os aprendizes Jerome e Léveillé. Para nós, a presença da gráfica (pensa) e das condições de trabalho (ameaça com desemprego) compõe uma moldura bastante interessante sobre alguns dos movimentos explorados por Carpentier.

Enlace alternativo

<https://periodicos.uff.br/revistapassagens/article/view/55235> (html)

**Disponível em:**

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337372893002>

Cómo citar el artículo

Número completo

Más información del artículo

Página de la revista en redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc
Red de revistas científicas de Acceso Abierto diamante
Infraestructura abierta no comercial propiedad de la
academia

Wilson Couto Borges

Entre a tipografia e a guilhotina: imaginário, subjetividade e política na investigação de uma conjuntura

Entre la tipografía y la guillotina: imaginario, subjetividad y política en la investigación de una coyuntura

Between typography and the guillotine: imagination, subjectivity, and politics in the investigation of a moment in time

Entre la typographie et la guillotine : imaginaire, subjectivité et politique dans l'investigation d'une conjoncture

在排版文本和切纸刀之间：想象、主观性和公立医疗政策

Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica

vol. 14, núm. 3, p. 384 - 407, 2022

Universidade Federal Fluminense, Brasil

passagens.gh.t.ih.t@id.uff.br

/ ISSN-E: 1984-2503

DOI: <https://doi.org/10.15175/1984-2503-202214301>

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos: mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.



CC BY 4.0 LEGAL CODE

Licencia Creative Commons Atribución 4.0 Internacional.